DO SINDICALISMO COMBATIVO AO SINDICALISMO TUTELADO, A TRAJETÓRIA DE MINERVINO DE OLIVEIRA E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO.

Nelson de Paula Pereira[1]

Resumo

O presente artigo analisa a trajetória de Minervino de Oliveira (1891-1977), marmorista, sindicalista, Intendente comunista, candidato à presidência da República em 1930 e preso político, como expressão das metamorfoses do sindicalismo brasileiro entre as décadas de 1910 e 1930. O artigo está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo reconstrói a atuação de Minervino no sindicalismo combativo das décadas de 1910 e 1920, caracterizado pela autonomia em relação ao Estado, pela influência anarquista e pela utilização da greve como principal instrumento de pressão, destacando sua liderança no Centro dos Operários Marmoristas (COM) e sua participação na greve vitoriosa de 1919 pela jornada de oito horas. O segundo capítulo analisa sua experiência como Intendente comunista no Conselho Municipal do antigo Distrito Federal (RJ) entre 1928 e 1930 e sua candidatura à presidência da República em 1930, estabelecendo um paralelo com a participação sindical em fóruns institucionais nos anos 1990. O terceiro capítulo examina o dissídio dos marmoristas (1934-1935), no qual Minervino atuou como liderança, como expressão dos limites do sindicalismo tutelado e corporativo imposto pelo Estado Varguista. A pesquisa fundamenta-se na obra de Marcio Pochmann, *Desa-*

[1] - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM)

fios atuais do sindicalismo brasileiro (2005), que identifica o enfraquecimento das organizações sindicais a partir de 1990 com a adoção das políticas neoliberais. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em análise documental e bibliográfica, com fontes primárias que incluem reportagens de periódicos, o prontuário de Minervino no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e os Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal (1928-1930), além de fontes secundárias como os estudos de Edgard Carone, Octavio Brandão, John W. F. Dulles e Dainis Karepovs. A hipótese central é que a trajetória de Minervino evidencia uma contradição estrutural do sindicalismo brasileiro: quanto mais o Estado intervém nas relações de trabalho, mais se enfraquece a autonomia sindical e a capacidade de resistência da classe trabalhadora. Conclui-se que a experiência de Minervino oferece lições para os desafios atuais do sindicalismo brasileiro, especialmente quanto à necessidade de articulação entre atuação institucional e militância de base, evitando-se o corporativismo e o esvaziamento da luta de classes.

Palavras-chave
Minervino de Oliveira; sindicalismo brasileiro; movimento operário; Estado Novo; luta de classes.

Abstract

This article analyzes the trajectory of Minervino de Oliveira (1891-1977), a marble worker, trade unionist, communist Alderman, candidate for the presidency of the Republic in 1930, and political prisoner, as an expression of the metamorphoses of Brazilian trade unionism between the 1910s and 1930s. The article is divided into three chapters. The first chapter reconstructs Minervino's role in the combative trade unionism of the 1910s and 1920s, characterized by autonomy from the State, anarchist influence, and the use of strikes as the main instrument of pressure, highlighting his leadership in the Centro dos Operários Marmoristas (COM) and his participation in the victorious 1919 strike for the eight-hour workday. The second chapter analyzes his experience as a communist Alderman in the Municipal Council of the former Federal District (RJ) between 1928 and 1930 and his candidacy for the presidency of the Republic in 1930, establishing a parallel with trade union participation in institutional forums in the 1990s. The third chapter examines the marble workers' dispute (1934-1935), in

which Minervino acted as a leader, as an expression of the limits of the tutelary and corporative trade unionism imposed by the Varguista State. The research is grounded in the work of Marcio Pochmann, *Desafios atuais do sindicalismo brasileiro* (2005), which identifies the weakening of trade union organizations from 1990 onwards with the adoption of neoliberal policies. The methodology adopted is qualitative, based on documentary and bibliographic analysis, with primary sources including reports from periodicals, Minervino's file at the Public Archive of the State of Rio de Janeiro (APERJ), and the *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal* (1928-1930), as well as secondary sources such as the studies by Edgard Carone, Octávio Brandão, John W. F. Dulles, and Dainis Karepovs. The central hypothesis is that Minervino's trajectory reveals a structural contradiction of Brazilian trade unionism: the more the State intervenes in labor relations, the more union autonomy and the working class's capacity for resistance are weakened. It is concluded that Minervino's experience offers lessons for the contemporary challenges of Brazilian trade unionism, especially regarding the need for articulation between institutional action and grassroots militancy, avoiding corporatism and the emptying of class struggle.

Keyword
Minervino de Oliveira; Brazilian trade unionism; labor movement; Estado Novo; class struggle.

Introdução

A trajetória de Minervino de Oliveira (1891-1977): marmorista, sindicalista, Intendente comunista, candidato à presidência da República e preso político, oferece um prisma privilegiado para compreender as metamorfoses do sindicalismo brasileiro ao longo do século XX e seus reflexos nos desafios contemporâneos apontados por Marcio Pochmann (2005).

Nascido no seio da classe operária, filho de um funcionário público de baixo escalão e de uma lavadeira, Minervino iniciou sua vida laboral aos dez anos de idade e, desde cedo, envolveu-se nas lutas sindicais que marcaram as décadas de 1910 e 1920 no antigo Distrito Federal (RJ). Sua atuação como liderança do Centro dos Operários Marmoristas (COM), sua participação na greve vitoriosa de 1919 pela jornada de oito horas diárias de trabalho, sua eleição como Intendente

pelo Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1928, sua candidatura à presidência da República em 1930 e seu protagonismo no dissídio dos marmoristas de 1934-1935, todos esses episódios revelam não apenas a trajetória de um militante excepcional, mas também as transformações estruturais do movimento operário brasileiro em um período de profundas mudanças políticas e institucionais.

A justificativa para este artigo reside na necessidade de resgatar a memória histórica de lideranças operárias que, embora fundamentais para a construção do sindicalismo brasileiro, permanecem à margem da historiografia oficial. Minervino, frequentemente mencionado apenas de passagem em estudos sobre o movimento operário, teve uma atuação que atravessou seis décadas e testemunhou as principais transformações do sindicalismo no Brasil: do sindicalismo combativo e autônomo das décadas de 1910 e 1920, marcado pela influência anarquista e pela utilização da greve como principal instrumento de pressão, ao sindicalismo tutelado e corporativo que emergiu com a Revolução de 1930 e se consolidou no Estado Novo (1937-1945). A análise dessa trajetória, à luz das teses de Pochmann sobre os desafios atuais do sindicalismo brasileiro, permite estabelecer um diálogo entre passado e presente, identificando continuidades e rupturas que iluminam os dilemas contemporâneos da organização sindical.

A hipótese central deste trabalho é que a trajetória de Minervino de Oliveira evidencia uma contradição estrutural do sindicalismo brasileiro: quanto mais o Estado intervém nas relações de trabalho, mais se enfraquece a autonomia sindical e mais se fragiliza a capacidade de resistência da classe trabalhadora. A tutela estatal, iniciada com a Revolução de 1930 e consolidada no Estado Novo por meio da Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770/1931) e da legislação trabalhista subsequente, ao mesmo tempo que concedeu direitos trabalhistas, submeteu os sindicatos ao controle do Ministério do Trabalho, transformando-os de instrumentos de luta de classes em órgãos de *"colaboração com os poderes públicos"* (Carone, 1974, p. 147). Esse processo de corporativização e esvaziamento da combatividade sindical, conforme demonstrado pelo dissídio dos marmoristas de 1934-1935, antecipa em mais de seis décadas o fenômeno que Pochmann identifica como característico do sindicalismo brasileiro a partir de 1990: a transformação dos sindicatos em *"instituições de prestação de serviços"* (Pochmann, 2005, p. 167), desconectadas da luta de classes e reduzidas à administração dos efeitos da precarização.

O objetivo central deste artigo é analisar a trajetória sindical e política de Minervino de Oliveira como expressão das transformações do movimento operário

brasileiro entre as décadas de 1910 e 1945, à luz das teses de Pochmann sobre os desafios do sindicalismo brasileiro. Para tanto, três objetivos específicos orientam a pesquisa: 1. reconstituir a atuação de Minervino de Oliveira no sindicalismo combativo das décadas de 1910 e 1920, caracterizado pela autonomia em relação ao Estado e pela utilização da greve como principal instrumento de luta; 2. analisar sua experiência como Intendente comunista no Conselho Municipal do antigo Distrito Federal (RJ) entre os anos de 1928 e 1930 e candidato à presidência da República em 1930, estabelecendo um paralelo com a participação sindical em fóruns institucionais nos anos 1990; e 3. examinar o dissídio dos marmoristas (1934-1935), no qual Minervino atuou como liderança, como expressão dos limites do sindicalismo tutelado e corporativo imposto pelo Estado Varguista.

A fundamentação teórica deste artigo ancora-se, prioritariamente, na obra de Marcio Pochmann, *Desafios atuais do sindicalismo brasileiro* (2005), que analisa a trajetória do sindicalismo nacional desde sua estruturação, destacando o enfraquecimento das organizações sindicais a partir de 1990, com a adoção das políticas neoliberais. Pochmann identifica um *"ciclo de transição sindical"* marcado pela redução das taxas de sindicalização, pela queda no número de greves e pela crescente fragmentação das negociações coletivas (Pochmann, 2005, p. 164-165). O autor destaca ainda a expansão do corporativismo e a transformação dos sindicatos em *"instituições de prestação de serviços"* como características centrais do sindicalismo contemporâneo (Pochmann, 2005, p. 167). Secundariamente, o artigo dialoga com a análise de Edgard Carone (1969; 1974) sobre a política trabalhista do Estado Novo, especialmente no que concerne à Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770/1931) e à criação do Ministério do Trabalho (Carone, 1974). A obra de Octávio Brandão, *Combates e Batalhas* (1978), oferece testemunho de primeira mão sobre a atuação de Minervino no movimento operário e sua relação com o Partido Comunista. Por fim, a teoria marxista, em especial o conceito de luta de classes desenvolvido por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (2010) e em *O Capital* (2012), fornece o arcabouço interpretativo para compreender as relações entre capital e trabalho no período analisado, bem como a crítica à mediação estatal como instrumento de dominação burguesa.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e bibliográfica. As fontes primárias incluem: as reportagens dos periódicos *Diário de Notícias* (1935) que cobriram o dissídio dos marmoristas; o jornal *A Manhã* (1928) sobre a candidatura de Minervino ao Conselho Municipal; o *Jornal do Brasil* e o Correio da Manhã (1930) sobre sua prisão; o prontuário de

Minervino no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ, Prontuário GB 15.652); e os *Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal* (1928-1930). As fontes secundárias compreendem a obra de Marcio Pochmann (2005), os estudos de Edgard Carone (1974), as memórias de Octávio Brandão (1978), bem como as pesquisas de Claudio Batalha (2009), John W. F. Dulles (1977) e Dainis Karepovs (2006). A análise será conduzida por meio da triangulação das fontes, buscando estabelecer conexões entre a trajetória individual de Minervino e os processos históricos mais amplos, especialmente no que concerne à transição do sindicalismo combativo para o sindicalismo tutelado e às implicações desse processo para os desafios contemporâneos do movimento operário brasileiro.

O sindicalismo combativo nas décadas de 1910 e 1920.

A República Velha (1889-1930) foi um período marcado pelo domínio das oligarquias, pela influência dos coronéis e pela alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais, conhecido como "República do Café com Leite". O regime teve início com a Proclamação da República, fruto do desgaste da monarquia, agravado por questões militares, religiosas e, sobretudo, pela abolição da escravatura em 1888. A população, no entanto, assistiu à mudança de forma alheia, sem compreendê-la plenamente, conforme apontou o jornalista Aristides Lobo (1838-1896) registrou no *Diário Popular* na edição de 18 de novembro de 1889: *"O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada"*. (Carone, 1969, p. 79). A população, em geral, mal compreendia as mudanças em curso.

O primeiro presidente, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892), instaurou um governo provisório e, em 1891, foi promulgada uma Constituição inspirada no modelo norte-americano, que estabeleceu o presidencialismo, o voto masculino restrito e a laicidade do Estado. A economia enfrentou grave crise com o chamado "Encilhamento", período de especulação financeira e emissão descontrolada de moeda, que levou à falência de muitos bancos e empresas. Deodoro enfrentou a primeira Revolta da Armada (1891) e renunciou após conflitos com o Congresso e sua sucessão pelo Marechal Floriano Vieira Peixoto foi marcada por forte repressão a revoltas, como a Revolução Federalista (1893-1895) e a segunda Revolta da Armada (1893-1894). Com o tempo, a República Liberal se consolidou por meio da Política dos Governadores, que garantia apoio mútuo entre União e

estados para controlar o Legislativo. Governos seguintes investiram em modernização urbana, reformas sanitárias, infraestrutura e primeiras leis trabalhistas, como o Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, que regulava as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho (Brasil, 1919) e o Decreto nº 3.550, de 16 de outubro de 1918 (Brasil, 1918), que criou o Departamento Nacional do Trabalho; mas também enfrentaram tensões sociais, como a Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia; a Revolta da Chibata (1910), no Rio de Janeiro; a Guerra do Contestado (1912-1916), entre os Estados do Paraná e Santa Catarina; a Revolta do Juazeiro (1914), no interior do Ceará; e, o movimento tenentista na década de 1920. A crise econômica mundial de 1929 e a ruptura do pacto entre São Paulo e Minas Gerais levaram à deposição de Washington Luís em 1930, encerrando a República Velha e dando início à Era Vargas.

O crescimento do operariado durante a República Velha esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial no Brasil. A transição do trabalho artesanal para o modelo industrial ocorreu paralelamente ao crescimento das cidades, impulsionado tanto pelo fluxo de imigrantes, em sua maioria europeus, quanto pela libertação dos escravos em 1888. Sánchez-Albornoz aponta que entre 1881 e 1930, conforme tabela 1, o Brasil recebeu mais de 3,9 milhões de estrangeiros (Sánchez-Albornoz, 1986):

Tabela 1 – Imigração no Brasil entre 1881 e 1930 (em milhares)

Período	Chegadas	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1881-1885	133,4	32	47	8	8	-
1886-1890	391,6	19	59	8	3	-
1891-1895	659,7	20	57	14	1	-
1896-1900	470,3	15	64	13	1	-
1901-1905	279,7	26	48	16	1	-
1906-1910	391,6	37	21	22	4	1
1911-1915	611,4	40	17	21	3	2
1916-1920	186,4	42	14	22	3	7
1921-1925	386,6	32	16	12	13	5
1926-1930	453,6	36	9	7	6	13
	3.964,3	29	36	14	5	3

Os italianos formavam o grupo mais expressivo, seguido dos portugueses e espanhóis. Fausto aponta que no período de 1901-1930, a imigração portuguesa concentrou-se nitidamente no antigo Distrito Federal (RJ) e em São Paulo, sendo seu o seu maior contingente a capital do Brasil. O Censo de 1920 registra 172,338 portugueses residindo na capital, cerca de 15% da população (Fausto, 2019, p. 241).

Esses imigrantes desempenharam papel fundamental na formação de uma classe operária consciente, que começou a organizar-se para reivindicar melhores condições de trabalho e direitos. Muitos desses trabalhadores eram qualificados e vieram atuar nas fábricas, ferrovias e indústrias que surgiam em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Traziam consigo experiências sindicais e ideias socialistas e anarquistas adquiridas na Europa, difundindo conceitos como luta de classes, organização coletiva e greves. O anarquismo, particularmente na vertente anarcossindicalista, predominou entre os operários brasileiros até a década de 1920, quando o comunismo começou a ganhar espaço.

Ainda na década de 1910 surge a atuação de um operário negro que tornar-se-á uma figura importante para o movimento operário e sindical no Brasil, Minervino de Oliveira (1891-1977), filho de João Chrysostomo de Oliveira (1863-1901), funcionário público de baixo escalão e Augusta Laura Vianna (1866-1918), uma lavadeira. Minervino era o primogênito de cinco filhos do casal. Aos 10 anos de idade (1901), ano em que seu pai faleceu vitimado de tuberculose, foi trabalhar como aprendiz de tecelão na Fábrica de Tecidos São João, na Rua da Alegria, nº 211, Caju, Rio de Janeiro, RJ. Trabalhou no comércio, em fábricas de vidros e de móveis; lavrador, carvoeiro e, em 1914, condutor de bondes na *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company* (Distrito Federal, 1929, p. 1855). Muito embora Minervino tenha sido apenas alfabetizado não avançando em sua formação acadêmica, Octavio Brandão (1896-1980), o grande companheiro de lutas de Minervino, destaca que Minervino era um *"... homem inteligente, de caráter e bravura"* (Brandão, 1978, p. 349). Ainda destaca o seguinte:

> "O Partido Comunista é o partido da classe operária. É inseparável da luta dos militantes operários. Trata-se de uma questão de princípios. O Partido Comunista do Brasil forjou toda uma série de combatentes operários, caracteres viris. Esses operários comunistas foram orientados pelos ensinamentos da Revolução Socialista de 1917, pela Internacional Comunista e pela doutrina de Marx, Engels e Lênin. Bateram-se na primeira linha da

> batalha. Sofreram inúmeras perseguições, desemprego, prisões, espancamentos. Dedicaram seus esforços à classe operária e à grande causa da libertação nacional e social do Brasil e da Humanidade. Eis uma série de operários, na maioria companheiros de luta, falecidos em grande parte: Minervino de Oliveira..." (Brandão, 1978, p. 265-266).

Octavio Brandão registra e avalia diversos companheiros de militância em sua trajetória, sendo Minervino o primeiro que destaca. Embora possuísse apenas alfabetização básica, Minervino teve acesso e estudou obras marxistas. Isso porque a admissão no Partido Comunista exigia um período prévio de formação política antes da efetiva filiação. Entre os requisitos, o candidato precisava demonstrar concordância com os princípios do marxismo-leninismo e com a estratégia de luta pela ditadura do proletariado (Carone, 2025).

Aos 14 anos de idade (1905) aprendeu o ofício de marmorista. Entrou para o Centro dos Operários Marmoristas (COM) (fundado em 1903) em 1911 e nele ocupou o cargo de secretário várias vezes. Iniciava-se, assim, a sua atuação sindical no movimento operário.

Em 11 de dezembro de 1911, casou-se com Leontina Ciancio (1894-1969), filha do italiano Salvatore Ciancio (1867-1919), proprietário de uma marmoraria, com a brasileira Florentina Francisca de Faria (1876-1943). Minervino e Leontina tiveram 11 filhos. De um outro relacionamento, com Carlota Rosa de Almeida (?-1945), teve mais uma filha.

Colaborou nos jornais: *Voz do Trabalhador* (1908)[2], *Spartacus* (1919), *Voz do Povo* (1920), *A Nação* (1923) e *A Classe Operária* (1925), onde foi o seu diretor. Foi ainda, Redator do jornal *Voz do Marmorista* (1903). Foi Associado do Marmorista Futebol Clube (A Manhã, 1926, p. 7) e da Caixa Beneficente dos Operários Marmoristas e Artes Correlativas (A Manhã, 1927, p. 9). Também foi eleito Secretário de atas da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSR-RJ) (fundada em 1927) (Batalha, 2009, p. 225). No ano de 1919, teve atuação significativa na luta dos operários pela jornada de 8 horas (Botelho, 2008, p. 94). Foi 3º Secretário do Terra Nova Futebol Clube (O Paíz, 1919, nº 12.532, p. 07) e 1º Secretário do Clube Recreativo Beija Flor, em São Cristóvão (RJ) (O Imparcial, 1913, nº 195, p. 08; A Imprensa, 1914, nº 2.023, p. 04). Foi Presidente da Asso-

2 As datas entre parênteses referem-se ao ano da organização dos periódicos.

ciação Gráfica (A Razão, 1919, nº 788, p. 3). Em 15 de dezembro de 1919, faleceu Francisco de Oliveira (1916-1919), aos 3 anos de idade, filho de Minervino.

Foi Delegado do Centro dos Operários Marmoristas do Rio de Janeiro, no 3º Congresso Operário Brasileiro ocorrido entre 23 e 30 de abril de 1920 (A Classe Operária, 1928, p. 1, 4). O COM foi um dos principais centros do sindicalismo-revolucionário até o início de 1920, quando os seus dirigentes aderiram ao Partido Comunista (Batalha, 2009, p. 208).

Foi preso pela primeira vez em 21 de agosto de 1920, como grevista a agitador, sendo solto no mesmo dia. Preso novamente em 15 de setembro de 1920, por sua atuação como agitador da classe marmorista, na ocasião em que ocupava o cargo de 1º Secretário do Centro dos Operários Marmoristas (APERJ, s.d., Prontuário GB 15.652).

Minervino era oriundo do movimento sindical, até a sua entrada para o comunismo. Sempre esteve envolvido em comícios, protestos e greves, sendo muitas vezes preso por sua atuação, bravura e valentia (Dulles, 1977, p. 297).

Em 1919, os marmoristas, através do Centro Operários dos Marmoristas (COM), iniciam uma greve que vai ter um desfecho vitorioso: a jornada de trabalho de 8 horas diárias; aumento de salários, horas extras pagas em dobro, sendo os domingos contado um dia por 4 horas de trabalho. Minervino era o Secretário do COM e teve participação como liderança. O acordo foi firmado entre o COM e o Grêmio dos Industriais de Mármores (GIM) (A Razão, 1919, nº 917, p. 04). Faziam parte do GIM o sogro de Minervino, o italiano Salvatore Ciancio (1867-1919), e seu cunhado Altemiro Ciancio (1895-1970) – este 1º Secretário do GIM –, proprietários da marmoraria da família.

A trajetória de Minervino de Oliveira inscreve-se no primeiro grande ciclo de fortalecimento do sindicalismo autônomo no Brasil, caracterizado pela organização combativa dos trabalhadores, pela utilização da greve como principal instrumento de pressão e pela crítica radical ao capitalismo e ao Estado. Esse ciclo, que teve seu auge nas greves gerais de 1917-1920 e na atuação de lideranças como Minervino, que, desde jovem, atuou no Centro dos Operários Marmoristas (COM), colaborou em jornais operários e enfrentou sucessivas prisões por sua militância, foi brutalmente interrompido pela Revolução de 1930 e pela consolidação do Estado Novo (1937-1945), que impôs um modelo de sindicato único, tutelado e subordinado ao Ministério do Trabalho, esvaziando a autonomia sindical conquistada nas décadas anteriores. Esse padrão de interrupção e reconstrução da organização operária, conforme a análise de Pochmann (2005):

> "... evidencia que a estrutura sindical formal se manteve – desde a sua implementação – praticamente intacta, resistindo aos períodos tanto ditatoriais (1937/45 e 1964/84), de forte repressão e violência, como democráticos (1946/63 e após 1985), de maior liberdade e independência" (Pochmann, 2005, p. 163 e 164).

É essa permanência estrutural que explica a possibilidade de que, em momentos de abertura política, o sindicalismo pudesse renascer das cinzas da repressão.

Nesse sentido, o "novo sindicalismo" que emerge no final da década de 1970, com a retomada das greves, a elevação das taxas de sindicalização e a construção de centrais sindicais de âmbito nacional, conforme destaca Pochmann ao afirmar que *os sindicatos de trabalhadores assumiram parcela fundamental no movimento de redemocratização nacional e conseguiram expandir suas atividades a partir do final da década de 1970* (Pochmann, 2005, p. 164), pode ser compreendido como um resgate do sindicalismo combativo que Minervino de Oliveira representou nas décadas de 1910 e 1920. Ambos os momentos históricos compartilham elementos centrais: a luta contra um regime autoritário, a defesa da autonomia sindical em relação ao Estado e a utilização da greve como instrumento de pressão e visibilidade política. Contudo, assim como o ciclo de Minervino foi interrompido pela Revolução de 1930, o "novo sindicalismo" também entrou em crise a partir de 1990, com a adoção das políticas neoliberais, que, segundo Pochmann, "*levaram à fragilização sindical, identificada pela redução nas taxas de sindicalização e na quantidade de greves* (Pochmann, 2005, p. 164), indicando que a história do sindicalismo brasileiro é marcada pela tensão permanente entre a autonomia dos trabalhadores e os projetos de controle estatal e patronal.

O Intendente comunista, Minervino no Conselho Municipal e a candidatura presidencial.

Em 1927, Minervino ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) (Diário da Noite, 1935, p. 2). Nesse mesmo ano, em 08 de fevereiro, morreu Liberdade de Oliveira (1920-1927), filha de Minervino, vítima de atropelamento.

O pintor modernista Di Cavalcanti[3] relatou em seu livro de memórias *Reminiscências líricas de um perfeito carioca*, que, numa reunião de célula no Partido Comunista em 1928, reunida na Rua General Canabarro, no bairro carioca do Maracanã, ele se deparou com Minervino de Oliveira e se lembrou dele e de sua mãe da época da infância:

> "Enquanto [Octavio] Brandão falava, eu fixava os olhos na figura de Minervino de Oliveira sentado à minha frente. Reconheci-o: era ele o moleque Minervino, filho de Sinhá Inácia, lavadeira de minha avó Henriqueta, companheiro de meus primos mais velhos nas estripulias aquáticas da Ponta do Caju, local escolhido para os banhos de mar da minha família. O magro, alto Minervino ali estava. Via-o com novos olhos sentindo uma íntima satisfação" (Di Cavalcanti, 1964, p. 37-38).

Sinhá Inácia, a quem se refere Di Cavalcanti, era a mãe de Minervino, a senhora Augusta Laura Vianna (1866-1918). Ela foi lavadeira de Henriqueta Amélia Ramos (1832-1911), avó do pintor modernista. Minervino era companheiro dos primos mais velhos do artista nas estripulias aquáticas da Ponta do Caju, zona portuária da zona Norte do Rio de Janeiro, região escolhida por muitas famílias para o banho de mar.

Em 19 de agosto de 1928, o Bloco Operário e Camponês (BOC), uma organização vinculada ao Partido Comunista, em uma assembleia extraordinária, em sua sede na Praça da República, 40, 1º andar, Centro, Distrito Federal, RJ, escolhe os nomes de Octavio Brandão e Minervino de Oliveira para tornarem-se os candidatos ao cargo de Intendentes Municipais (Vereador) para o Conselho Municipal do antigo Distrito Federal (RJ), nas eleições de 28 de outubro de 1928 (A Manhã, 1928, p. 5). Minervino concorreu pelo 2º Distrito, que abrangia as seguintes regiões: Freguesias do Espírito Santo; Andaraí; Méier; Inhaúma; Jacarepaguá; Campo Grande e Guaratiba. Concentrando bairros residenciais operários e industriais em expansão na época, onde Minervino tinha muito acesso e prestígio entre os operários.

Octavio Brandão e Minervino de Oliveira conseguem se eleger (Rodrigues, 2023). Octavio Brandão ficou em 9º lugar, Minervino, em 13º lugar, mas com o progresso da apuração, sua posição subiu para o 12º lugar. Em 21 de dezembro

3 Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque Melo (1897-1976).

de 1928, Minervino recebeu direito de voto e a Sessão Solene de Posse, ocorrida em 24 de dezembro de 1928. (Distrito Federal, 1928, p. 298-301). As sessões do Conselho Municipal se iniciaram em 03 de junho de 1929. Nesse dia, Octávio Brandão leu o manifesto inaugural do BOC (Distrito Federal, 1929, junho/julho, p. 384-390). A participação e atuação de Minervino e Octávio Brandão no Conselho Municipal não foram fáceis. Nas palavras de Octávio Brandão, *"... a batalha dura, difícil e desigual contra imensas forças coligadas"* (Brandão, 1978, p. 361).

Os dois Intendentes frequentemente eram perseguidos, presos ou estavam foragidos. Não tinham imunidades, muito embora o Supremo Tribunal Federal considerasse que os Intendentes do Distrito Federal fosse equiparados os Deputados Estaduais, logo não poderiam ser presos. Mas não era isso que ocorria. A Polícia Política, representada pela 4ª Delegacia, que se tornaria o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), ignorava essa premissa. Mas não esmoreceram. Visitavam as Fábricas e Oficinas nos bairros operários. Auxiliavam nos movimentos sindicais. Escreviam nos jornais operário, especialmente na *A Classe Operária*. Defendiam greves. Apoiavam as reivindicações imediatas dos trabalhadores. Se fizeram presentes e falaram em comícios. Visitavam as casas dos trabalhadores. Apresentavam requerimentos, indicações e emendas ao orçamento em favor dos operários, camponeses e as massas populares. Eles também iam ao encontro do funcionalismo público em suas repartições. Em escolas, ferrovias, hospitais e em empresas do setor privado.

O apoio aos intendentes comunistas no Conselho Municipal era praticamente inexistente. Nos primeiros meses de mandato, um dos poucos que os apoiava era o intendente Maurício Paiva de Lacerda (1888-1959), devido à sua ruptura com o Partido Democrático e aproximação com o PCB. No entanto, esse apoio foi breve. Durante o processo de sucessão presidencial, Maurício de Lacerda acabou por apoiar Getúlio Vargas (1882-1954).

Aproximando-se da sucessão presidencial, foi realizado o I Congresso do Bloco Operário e Camponês, entre os dias 3 e 5 de novembro de 1929, no Rio de Janeiro, quando também se modificou o nome da organização para Bloco Operário e Camponês do Brasil (BOCB). Nesse congresso foi decidido lançar o nome de Minervino de Oliveira como candidato à presidência da República nas eleições de 1930.

O presidente da República, Washington Luís Pereira de Sousa (1869-1957), intensificou a perseguição aos comunistas e ao BOCB. Muitos candidatos foram

presos, como o próprio Minervino, preso em 12 de janeiro de 1930, em Ribeirão Preto, SP, no Congresso de Colonos e Trabalhadores Agrícolas, realizado na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT) (Rosa, 1997, p. 82). Preso novamente, no bairro industrial de Bangu, Distrito Federal, RJ. A eleição ocorreu em 01 de março de 1930, sábado. Minervino obteve pouco mais de 720 votos. Nenhum candidato do BOC conseguiu ser eleito. A Revolução de 1930 seria desencadeada meses depois colocando Getúlio Dorneles Vargas (1882-1954) no poder. O Conselho Municipal é destituído e todos os intendentes perdem os seus mandatos. Contudo, em outubro de 1930, Minervino e Octavio Brandão são presos. Minervino é solto em 07 de fevereiro de 1931. Muito embora Minervino não tenha mais concorrido a cargos eletivos (Executivo e Legislativo), em nenhuma esfera, Nacional, Estadual ou Municipal, ele continuou trabalhando como marmorista, atuando no movimento sindical e em organizações comunistas.

A experiência de Minervino antecipa, em mais de seis décadas, um fenômeno que Pochmann identifica como uma das principais transformações do sindicalismo brasileiro a partir dos anos 1990: a participação sindical em fóruns institucionais. Pochmann destaca que, com a redemocratização e especialmente com a Constituição de 1988, os sindicatos ampliaram significativamente sua presença em espaços de definição de políticas públicas, contabilizando "*mais de 40 fóruns com participação institucional dos sindicatos*" nos anos 1990,

> "tais como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador, o Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade, Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, Comissões Tripartites de Emprego, Programa de Educação para a Competitividade, Câmaras Setoriais, entre outras (Pochmann, 2005, p. 177 e 178).

Segundo o autor, nesses espaços, *"os representantes dos trabalhadores possuem condições singulares para a vocalização de interesses coletivos, podendo contra-arrestar a tendência de focalização das ações"* (Pochmann, 2005, p. 178). Minervino, ao transformar a tribuna do Conselho Municipal em instrumento de propaganda política e defesa dos interesses operários, compreendia, já naquela época, que o espaço institucional poderia ser utilizado como "*instrumento de*

agitação e propaganda" (Karepovs, 2006, p. 91) a serviço da classe trabalhadora, subordinando sua atuação parlamentar à luta extraparlamentar — como evidenciaram sua presença em greves, comícios e sua eleição como secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) em 1929.

Contudo, a comparação entre as duas experiências revela diferenças contextuais significativas que iluminam os limites e as potencialidades da participação institucional. Enquanto Pochmann observa que, nos anos 1990, a presença sindical nos fóruns institucionais ocorria em um contexto de *"forte queda no volume de emprego assalariado com registro formal"* e de *"multiplicação na quantidade de sindicatos"* (Pochmann, 2005, p. 176), com riscos de *"burocratização e descolamento dos dirigentes sindicais das suas respectivas bases de representação"* (Pochmann, 2005, p. 176), Minervino atuava em um cenário de isolamento político extremo, no qual os Intendentes comunistas frequentemente eram perseguidos, presos ou estavam foragidos, e a polícia política ignorava sua imunidade parlamentar. Apesar disso, Minervino manteve-se organicamente ligado ao movimento sindical, utilizando seu mandato para apresentar requerimentos, indicações e emendas ao orçamento em favor dos trabalhadores, defender a anistia aos revoltosos de 1922 e 1924, e propor o reconhecimento de jure da União Soviética. Essa articulação entre a atuação institucional e a militância de base, que Pochmann identifica como um dos principais desafios atuais do sindicalismo brasileiro, oferece uma lição histórica sobre como evitar o "corporativismo" e o "esvaziamento" que, segundo o autor, caracterizam a participação sindical nos fóruns institucionais contemporâneos (Pochmann, 2005, p. 166).

O dissídio dos marmoristas (1934-1935), a tutela estatal e os limites do sindicalismo corporativo.

Entre 1931, quando da soltura de Minervino, e 1935 não encontra-se nada a respeito da atuação de Minervino. Em 1935, a imprensa volta a falar da atuação de Minervino de Oliveira. O periódico *Diário de Notícias*, lançava uma matéria sobre o aumento de salário dos marmoristas. O que evidencia que Minervino, mesmo depois dos incidentes ocorridos durante a sua campanha a presidente da República, como sua prisão em São Paulo, a caminho de Santos onde seria realizada uma greve; sua prisão no bairro carioca de Bangu; seu envolvimento na greve dos têxteis na cidade de Petrópolis; sua atuação na festa do 1º de Maio

na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes; seu envolvimento na greve na cidade fluminense de Niterói; a derrota na eleição presidencial de 1930; e, sua prisão após a Revolução de 1930; ele continuou atuando no movimento sindical, conforme artigo do jornal *Diário de Notícias* do ano de 1935:

> A cisão na classe dos marmoristas
> **Origem do incidente e o rumo que toma, por fim, a questão em torno do aumento de salários**
> Há cerca de um mês que um grande desentendimento entre operários e patrões vem separando a classe dos marmoristas, certamente com grandes prejuízos de ambas as partes.
> Levada, entretanto, para o Ministério do Trabalho, o fato vai chegando felizmente ao seu fim. Procuramos conhecer o que pleiteiam os trabalhadores do mármore, e dos srs. Bento Moraes e Minervino de Oliveira, respectivamente presidente do Sindicato e membro das comissões de entendimento, ouvimos a seguinte exposição:
> "Surgiu a atual cisão da classe dos marmoristas com o pedido de aumento de salário feito há dois meses mais ou menos. A elevação dos salários foi pedida na seguinte base: para os ordenados até 6$000, um aumento de 1$000; de 6$100 a 9$000, um aumento de 1$500; de 9$000 até 12$000 um aumento de 1$000; de 12$100 para cima, 2$000 de aumento.
> Foram trocados vários ofícios nesse sentido com a classe patronal, sem que tivéssemos uma resposta satisfatória para nossa classe. Passados dias nessa incerteza, foi resolvido, finalmente, pela assembleia de 20 de março p. p., a paralização do serviço de duas casas: Comp. Marmorifera Brasileira Ltda, A. L. Mandin & Cia e A. L. Mandin, isto com a aquiescência do pessoal que trabalhava nessas casas e que estava presente à referida assembleia. Em represália a essa medida dos operários, os indústrias resolveram fechar todas as fábricas, provocando assim o *lock-out* [bloqueio]. Houve então uma parada completa dos trabalhos, durante quase um mês, em todas elas.
> Iniciaram-se depois as negociações para o restabelecimento do serviço, tendo sido, por intermédio do Ministério do Trabalho,

chegado a um acordo para a volta ao trabalho, ficando, entretanto, para ser resolvida posteriormente a questão do aumento de salário, que ora se negocia, confiados os operários na justiça do Ministério. Acham-se os trabalhos paralisados há uma semana apenas nas fabricas A. L. Mandin & Cia. e Marmorifera Brasileira, continuando as outras a trabalhar.

Agradecemos aos srs. Bento Moraes e Minervino de Oliveira as informações que prestaram á imprensa."

Três dias depois, dispensar todos os empregados do ramo, até segunda ordem.

Por sugestão de alguns patrões, o Sindicato resolveu nomear uma comissão que procurou a classe patronal no Centro de Materiais de Construção para um entendimento e solução do impasse. A classe dos patrões não quis entretanto, receber essa comissão em caráter oficial. E não concordando a mesma comissão, que era oficial, em fazer um acordo em sentido particular, houve um recuo obrigatório da parte do Sindicato.

Diante disso nada pode fazer o Sindicato, pois se a classe patronal recebesse oficialmente a comissão, ela ficaria incumbida das negociações futuras comprometendo-se a fazer com que o pessoal voltasse logo ao trabalho.

Essa proposta foi feita pessoalmente pelos nossos representantes, e dela nós tivemos mais tarde, pelo telefone, uma resposta negativa.

Assim ficou o impasse, que ontem, quando, no Ministério do Trabalho, entramos em novos entendimentos.

Em reunião no Ministério o Dr. João Carlos Vital [1900-1984] propôs a ambas as partes o seguinte: 1.º — Reconhecimento, por parte dos patrões, que o órgão da classe é o Sindicato; 2.º — Volta imediata de todos os trabalhadores às oficinas; 3.º — Estabelecimento de um revezamento entre antigos e novos empregados, mantendo-se nas respectivas categorias o mesmo número existente por ocasião da grave; 4.º — Admitir o estudo do salário da classe por comissão paritária, presidida por um representante do Ministério do Trabalho; 5.º — Um propósito reciproco de colaboração entre empregadores e empregados.

> Estamos plenamente de acordo com o que propõe o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, interino. Na reunião realizada ontem em presença do Sr. João Carlos Vital, os patrões negaram aceitar todos esses itens. O sr. Ministro resolveu então, entregar o caso á Com. Mista de Conciliação, que foi nomeada ontem. Pleiteamos com todo entusiasmo e coragem o reconhecimento da autoridade do nosso Sindicato, pois essa medida apoiaria todas as outras constantes dos itens propostos pelo Exmo. Sr. Ministro.
> Estando deslocado o caso do Gabinete para a Comissão de Conciliação esperamos que ela chegue a um fim honroso para ambas as partes" (Diário de Notícias, 1935, nº 2.564, p. 2 e 4).

Os anos que se sucederam a Revolução de 1930 são marcados pela formação do Governo Provisório, através do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930 (Brasil, 1930). No âmbito trabalhista é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930 (Brasil, 1930). A criação desse ministério se somava as leis sociais que vinham sendo reivindicadas pelos operários desde os fins do século XIX (Carone, 1974, p. 131). A nova pasta representou uma mudança na postura do Estado diante da questão social, que se tornava objeto de uma política governamental. No entanto, sua atuação foi marcada por uma profunda dubiedade, oscilando entre o apaziguamento dos trabalhadores e a repressão aos movimentos considerados subversivos, sempre com o objetivo de enquadrar a classe operária nos novos marcos legais e corporativos.

O primeiro ministro da pasta, o gaúcho Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor (1890-1942), inaugurou uma fase de abertura e diálogo, mas deixou claro desde o princípio os limites dessa política. Em seu discurso de posse, afirmou o caráter *eminentemente prático e brasileiro do organismo, minimizando a gravidade da questão social no país* (Carone, 1974, p. 132). Sua estratégia central era a promoção da "colaboração de classes" em detrimento da luta de classes. Em discurso no Rotary Club, ele afirmou: *É tempo já de substituirmos ao velho e negativo conflito de luta de classes, o conceito novo, construtor e orgânico de colaboração de classes* (Carone, 1974, p. 133).

Essa colaboração, porém, deveria ocorrer sob a tutela do Estado e em prol da nação, colocando os interesses nacionais acima de qualquer reivindicação particular: *O Brasil primeiro, depois os interesses de classes* (Carone, 1974, p. 133). Para

Collor, a ação do ministério representava uma nova mentalidade, e os operários deveriam escolher entre aceitá-la ou se colocar fora da lei. Em uma reunião para mediar uma greve, ele advertiu: *Ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertencem* (Carone, 1974, p. 134)

A gestão do gaúcho Joaquim Pedro Salgado Filho (1888-1950), a partir de 06 de abril de 1932 a 23 de julho de 1934, marcou uma mudança de tom, afastando-se do contato direto com as bases. O ministro adotou uma postura mais burocrática e paternalista, recomendando que as reclamações fossem feitas *no ambiente sereno dos gabinetes* e alertando os trabalhadores contra *estranhos... que se vos apresentam como patronos, partidários da agitação* (Carone, 1974, p. 136), numa clara referência aos comunistas.

Essa tendência autoritária se aprofundou com o novo ministro, o pernambucano Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães (1893-1952), a partir de 23 de julho de 1934 a 30 de novembro de 1937, que via no sindicato um instrumento de integração nacional e combate ao marxismo. Ele afirmava que *a sindicalização oferece dois aspectos interessantes, um econômico e outro político... As classes patronais e operárias... atuam sempre sobre o signo das necessidades nacionais* (Carone, 1974, p. 137). Na prática, sua gestão foi marcada pela intervenção nos sindicatos e pela nomeação de líderes pelegos, consolidando o controle estatal sobre o movimento operário e eliminando sua autonomia entre 1935 e 1937 (Carone, 1974, p. 138).

A reportagem do *Diário de Notícias* de 27 de abril de 1935, evidencia a notável resistência e continuidade da atuação sindical de Minervino de Oliveira. Passados cinco anos da campanha presidencial e das diversas detenções, encontramos Minervino exercendo função de liderança no Sindicato dos Marmoristas, atuando como membro das comissões de entendimento e porta-voz oficial da categoria junto à imprensa.

Sua presença na negociação mediada pelo Ministério do Trabalho demonstra que, mesmo sob um governo que reprimia duramente os comunistas, especialmente a partir de 1935, com o agravamento da perseguição sob a gestão de Agamenon Magalhães no Ministério do Trabalho, Minervino mantinha-se ativo na luta sindical, utilizando os canais institucionais abertos pela legislação trabalhista varguista como arena de disputa. A reportagem mostra que os trabalhadores depositavam suas esperanças na justiça do Ministério, e Minervino, como liderança experiente, conduzia a negociação buscando o reconhecimento da autoridade sindical e a solução do impasse salarial.

Essa continuidade revela a resiliência de um militante que, apesar das derrotas eleitorais, das prisões e da vigilância constante, permaneceu fiel à causa operária. Minervino de Oliveira, o marmorista que ousou candidatar-se à presidência, seguia nas trincheiras cotidianas da luta sindical, negociando aumentos salariais e o reconhecimento do sindicato como legítimo representante dos trabalhadores. Sua trajetória exemplifica a ligação orgânica entre o movimento sindical e as lutas políticas mais amplas, bem como a perseverança dos quadros operários que construíram as organizações de classe no Brasil das primeiras décadas do século XX.

O caso termina conforme noticiado no *Diário de Notícias*,

> O dissídio na classe dos marmoristas
> COMO O ENCARA O SINDICATO DOS INDUSTRIAIS E O RESULTADO DOS ÚLTIMOS ENTENDIMENTOS
>
> Fala-nos o dr. Aurelio Marinho
>
> Na sede do Centro de Materiais de Construção, que também compreende o Sindicato dos Marmoristas, procurámos ouvir o dr. Aurelio Marinho sobre o dissídio existente na classe dos marmoristas. O secretário geral daquela entidade, depois de gentilmente registar a nossa visita, historiou a questão, dando-nos, por fim, os seus últimos resultados, do seguinte modo:
> — "Os operários marmoristas, depois de três greves sucessivas, no ano de 1934, nas quais foram sempre atendidos nas suas pretensões, em dezembro pp., sob o fundamento de que nós não aceitávamos o aumento de salário que novamente pleiteavam, deflagraram a greve. Imediatamente procurámos nos entender com o sr. ministro do Trabalho, o qual nos mandou apresentar pelo seu assistente técnico dr. Valdyr Niemeyer, á Procuradoria Geral do Trabalho. Perante esta houve démarches que foram ultimadas com a assinatura de um acórdão em 11 de dezembro pp., entre empregados e empregadores, no qual ambas as partes se obrigavam a assignar uma convenção do trabalho, nas bases ali estipuladas. Esse acórdão se acha publicado no Boletim do Mi-

nistério do Trabalho n. 5, página 352. Ao se aproximar a época da assinatura da convenção, os operários se negaram a cumprir o acordo, sob o fundamento de que a diretoria do sindicato havia firmado o acordo sem poderes expressos da assembleia. Nós insistimos junto da Procuradoria no sentido de fazer cumprir esse acordo, por intermédio de um ofício, o qual foi protocolado nessa repartição em 11 de janeiro pp. O sr. procurador tomando conhecimento do nosso protesto, nos declarou que não podia fazer cumprir o acordo, por lhe faltarem atribuições legais para fazê-lo. O sindicato operário á sombra dessa impunidade, resolveu pleitear novo aumento, e, para concretizar sua pretensão, no dia 21 de março pp., deflagrou uma greve março pp., deflagrou uma greve parcial, adstrito ás casas — Mandin & C., A. L. Mandin, Sociedade Marmifera Brasileira Ltda., com o intuito manifesto, como sempre foi de praxe, em virtude dessa atitude obter o que pretendiam — pois, não sendo essa paralisação total, não constituía motivo de força maior para justificar o inadimplemento dos nossos contratos com os construtores.

Nessa emergência, nós usando do mesmo direito que os operários se arrogaram, resolvemos suspender o serviço afim de evitar as multas contratuais que estavam sujeitos os nossos colegas escolhidos pelos grevistas. Imediatamente procuramos nos entender com s. ex. o sr. ministro Agamenon Magalhães, o qual ao se iniciar da situação, como ato preliminar, indagou se nós não podíamos substituir os grevistas por outros operários. Ponderamos a s. ex. que desde que levamos o caso a seu conhecimento não desejávamos usar desse recurso, muito embora tivéssemos a certeza de que isso solucionava a questão. S. ex., resolveu então afetar o caso a uma comissão mista de empregadores e empregados para que, sob a presidência do dr. Valdyr Niemeyer, solucionar o assumpto. Nós atendendo a essa deliberação ministerial incontinenti designamos os colegas dr. Mario de Ciclo e Cunha, srs. Altemiro Ciancio e Antonio Gomes Barbosa, para com membros dessa comissão negociarem as bases dessa conciliação. Os operários, no entanto, não aceitaram a preliminar que o sr. ministro do Trabalho deliberou — volta ao trabalho para se estudar as

bases de um aumento de salário — o que motivou a dissolução da comissão por falta de objetivos. Em virtude disso levamos ao conhecimento do dr. Valdir que nos julgávamos completamente desobrigados de qualquer mediação do Ministério do Trabalho, no que fomos aprovados por s. ex. o sr. ministro, de vez que não havia intenção de coagir os operários a aceitar soluções contra a sua vontade. Com essa aprovação formal, nós pela imprensa vespertina e matutina de 3 e 4 do corrente, respectivamente, declaramos que os operários que não voltassem ao trabalho até o dia 6 do andante, seriam, de acordo com a legislação em vigor, dispensados por abandono de emprego. De facto, no dia 8 deste mês, dispensamos os operários que não compareceram ás oficinas e nessas vagas admitimos elementos novos. Em virtude disso muitos grevistas resolveram voltar ao trabalho, os quais juntamente com os recentemente-admitidos, conseguimos normalizar, na medida do possível, o funcionamento geral dos trabalhos, terminando desse modo os efeitos da greve, cuja existência no momento não reconhecemos.

Nessa contingência, somos chamados á sua presença afim de solucionar uma questão já por nós resolvida, á vista da impossibilidade eficiente das autoridades trabalhistas, aliás com a aquiescência desse gabinete. Pelo exposto, não vemos, *data vênia*, necessidade de solução para um caso que já está virtualmente resolvido.

A situação não se reveste, pois daquele caráter de gravidade que a diretoria do Sindicato dos Operários Marmoristas lhe quer emprestar: não se justifica, portanto, agora as pressões que vem fazendo perante as autoridades, aquela mesma minoria que nunca quiz acatar as deliberações do exmo. sr. ministro do Trabalho.

Apesar dessa situação, aliás exposta circunstancialmente pelos industriais, o sr. João Carlos Vital, chefe de gabinete do sr. ministro do Trabalho, convocou a Comissão Mista de Conciliação do 1º distrito desta capital, para conciliar uma questão que não mais existe. Essa comissão nada resolveu, ficando o caso para ser entregue ao exmo. sr. ministro.

> Com os operários antigos, que voltaram ao serviço, e os novos admitidos, todas as casas estão funcionando normalmente, prontas para atender aos fregueses. Á medida do possível podemos ainda aceitar os que quiserem voltar ao trabalho. Aceitarmos todos novamente e praticarmos o trabalho revezado, como vos foi proposto, torna-se difícil porquanto não haverá constância no trabalho, o que é uma das provas para que a indústria não seja prejudicada (Diário de Notícias, 1935, nº 2.566, p. 2 e 4).

A reportagem apresenta a versão patronal sobre o desfecho do dissídio dos marmoristas, por meio da entrevista concedida pelo Dr. Aurelio Marinho, secretário geral do Centro de Materiais de Construção e do Sindicato dos Marmoristas, a entidade que representava os industriais do setor. A reportagem é peça fundamental para a compreensão das relações trabalhistas no período, pois revela não apenas os argumentos utilizados pelos patrões para justificar suas ações, mas também as contradições internas do movimento operário e os limites concretos da mediação estatal nos conflitos entre capital e trabalho.

A narrativa patronal, cuidadosamente construída, busca desde o início desqualificar o movimento grevista, apresentando os trabalhadores como instáveis e insaciáveis: segundo Marinho, os marmoristas teriam realizado "três greves sucessivas no ano de 1934, nas quais foram sempre atendidos nas suas pretensões". O tom da entrevista revela uma estratégia deliberada de deslegitimação do movimento operário perante a opinião pública, atribuindo exclusivamente aos trabalhadores a responsabilidade pelo agravamento do conflito, enquanto os patrões se apresentam como cumpridores da lei e permanentemente dispostos ao diálogo.

O ponto central da argumentação patronal reside no acórdão firmado em 11 de dezembro de 1933, perante a Procuradoria Geral do Trabalho, documento que teria sido publicado no Boletim do Ministério do Trabalho de número 5, à página 352. Segundo Aurelio Marinho, os operários teriam se recusado a cumprir o acordo firmado, "sob o fundamento de que a diretoria do sindicato havia firmado o acordo sem poderes expressos da assembleia". Este episódio revela uma tensão fundamental no movimento operário da época, qual seja, a complexa relação entre a direção sindical e sua base, bem como os limites da representação e da legitimidade para negociar em nome da categoria. A alegação de que a diretoria agira sem poderes expressos da assembleia indica a existência de

disputas internas e de um controle mais rigoroso das bases sobre as negociações conduzidas por seus representantes.

A atuação do Ministério do Trabalho neste contexto, então sob a gestão de Salgado Filho, revela os contornos e contradições da política trabalhista varguista em sua fase de consolidação. O procurador, ao declarar que "não podia fazer cumprir o acordo, por lhe faltarem atribuições legais para fazê-lo", evidencia os limites institucionais do recém-criado aparato estatal de regulação do trabalho, ainda carente de instrumentos efetivos de coerção sobre as partes envolvidas. A mediação conduzida pelo assistente técnico Valdyr Niemeyer e as tentativas de conciliação refletem o esforço do Estado para institucionalizar os conflitos trabalhistas, canalizando as disputas para os canais oficiais e esvaziando, na medida do possível, os instrumentos autônomos de pressão dos trabalhadores.

Diante da resistência patronal em aceitar as novas pretensões salariais, os marmoristas lançaram mão de uma estratégia calculada: a deflagração de uma "greve parcial, adstrita às casas Mandin & C., A. L. Mandin e Sociedade Marmífera Brasileira Ltda.". A opção pela paralisação seletiva de apenas algumas empresas revela um cálculo tático cuidadoso, pois ao não paralisar totalmente o setor, os trabalhadores pretendiam exercer pressão sobre os patrões sem, contudo, incorrer em "motivo de força maior" que justificasse o descumprimento dos contratos já firmados com os construtores, o que poderia expor os industriais a multas contratuais e prejuízos significativos.

A resposta patronal foi igualmente estratégica e contundente: "usando do mesmo direito que os operários se arrogaram, resolvemos suspender o serviço". Tratava-se, na prática, da decretação do *lock-out*, a suspensão total das atividades pelos empregadores como forma de contrapor-se à pressão dos trabalhadores e evitar as penalidades contratuais que incidiriam sobre as empresas especificamente visadas pela greve parcial. A medida patronal ampliava significativamente o conflito, estendendo a paralisação a todo o setor e aumentando os prejuízos de ambas as partes.

A intervenção pessoal do ministro Agamenon Magalhães, mencionada na reportagem, é particularmente significativa, por uma "tônica autoritária e anticomunista" e pela defesa intransigente do sindicato como instrumento de "integração do capital e trabalho". A pergunta formulada pelo ministro aos industriais: "se nós não podíamos substituir os grevistas por outros operários", revela uma postura eminentemente pragmática: a solução patronal de contratar novos

trabalhadores era vista pelo titular da pasta como recurso legítimo e aceitável para a superação do impasse.

A designação de uma comissão mista de conciliação, com representantes patronais indicados, entre eles os colegas Dr. Mario de Ciclo e Cunha, Altemiro Ciancio e Antonio Gomes Barbosa, para negociar com membros da comissão operária, encontrou resistência imediata dos grevistas. A recusa dos trabalhadores em aceitar a preliminar estabelecida pelo ministro: a "volta ao trabalho para se estudar as bases de um aumento de salário", inviabilizou por completo os trabalhos da comissão, levando à sua dissolução "por falta de objetivos". A posição dos grevistas indicava desconfiança em relação à mediação estatal e disposição de manter a paralisação como instrumento de pressão até que suas reivindicações fossem efetivamente contempladas.

A menção a Altemiro Ciancio (1895-1970) como representante patronal reveste-se de especial significado, pois, tratava-se de cunhado de Minervino de Oliveira, a liderança operária que atuava na defesa dos interesses dos marmoristas. O dado revela as complexas relações familiares e políticas que permeavam o mundo do trabalho no período, evidenciando que as clivagens de classe, por vezes, atravessavam os próprios vínculos familiares, colocando em lados opostos pessoas unidas por laços de parentesco.

Diante do impasse e considerando-se "completamente desobrigados de qualquer mediação do Ministério do Trabalho", posição que contou com a aprovação formal do ministro, "de vez que não havia intenção de coagir os operários a aceitar soluções contra a sua vontade", os industriais lançaram mão de uma jogada calculada: a divulgação na imprensa vespertina e matutina dos dias 3 e 4 de abril de comunicado estabelecendo prazo até o dia 6 para o retorno ao trabalho, sob pena de demissão por "abandono de emprego". A estratégia utilizava-se habilmente da legislação trabalhista então vigente, que considerava o abandono de emprego como justa causa para a rescisão contratual, para legitimar a dispensa dos grevistas que persistissem na paralisação.

No dia 8 de abril, concretizou-se a ameaça: os industriais dispensaram os operários que não compareceram às oficinas e procederam à admissão de "elementos novos" para ocupar as vagas abertas. A medida produziu efeito imediato: "muitos grevistas resolveram voltar ao trabalho", os quais, juntamente com os recém-admitidos, permitiram aos patrões "normalizar, na medida do possível, o funcionamento geral dos trabalhos, terminando desse modo os efeitos da greve".

A declaração patronal de que "no momento não reconhecemos" a existência da greve selava, em termos práticos, a derrota do movimento.

A convocação posterior da Comissão Mista de Conciliação do 1º Distrito por João Carlos Vital, chefe de gabinete do ministro, revelou-se inteiramente inócua, pois os patrões já consideravam a "questão resolvida" pelos seus próprios meios. A comissão "nada resolveu", ficando o caso para ser entregue à apreciação do ministro, numa demonstração eloquente dos limites da mediação estatal quando confrontada com a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores.

A declaração final de Aurelio Marinho sintetiza a posição patronal vitoriosa: "Com os operários antigos, que voltaram ao serviço, e os novos admitidos, todas as casas estão funcionando normalmente, prontas para atender aos fregueses. À medida do possível podemos ainda aceitar os que quiserem voltar ao trabalho. Aceitarmos todos novamente e praticarmos o trabalho revezado, como vos foi proposto, torna-se difícil porquanto não haverá constância no trabalho, o que é uma das provas para que a indústria não seja prejudicada." A referência ao "trabalho revezado" proposta anteriormente como solução de compromisso era agora rejeitada sob o argumento da necessidade de constância e regularidade produtiva.

A reportagem documenta, assim, o desfecho desfavorável aos marmoristas: a greve foi derrotada pela estratégia patronal de demissão em massa e contratação de novos trabalhadores, com a aquiescência implícita do Ministério do Trabalho, que nada fez para impedir a medida. O episódio ilustra de forma contundente as contradições da política trabalhista varguista: embora o Estado se apresentasse como árbitro imparcial e criasse mecanismos institucionais de mediação, comissões mistas, Procuradoria, acórdãos, na prática os patrões dispunham de instrumentos eficazes para impor sua vontade, como a demissão e a substituição dos grevistas, contando com a legitimação da própria legislação trabalhista para fazê-lo.

Para Minervino de Oliveira, a derrota dos marmoristas representou mais um capítulo em sua trajetória de lutas e resistência. Apesar do revés, e mesmo considerando que seu cunhado Altemiro Ciancio atuara como representante patronal na comissão mista, Minervino permaneceria atuante no movimento sindical, mantendo viva a chama da organização operária em tempos adversos. Sua presença contínua nas lutas dos trabalhadores, mesmo após as sucessivas prisões, a campanha presidencial de 1930 e a perseguição política sistemática, atesta a resiliência de um militante que fez da causa operária a razão de sua existência.

O caso dos marmoristas pode ser explicado à luz da teoria marxista, particularmente pelos conceitos desenvolvidos em *O Capital* (Marx, 2012) e no *Manifesto Comunista* (Engels; Marx, 2010). A greve dos marmoristas de 1934-1935 ilustra perfeitamente a luta de classes como motor da história: de um lado, os operários, que, conscientes de sua exploração, a mais-valia extraída pelo patronato, organizam-se em sindicato para reivindicar melhores salários; do outro, os industriais, que detêm os meios de produção, utilizam todos os instrumentos ao seu alcance, inclusive o *lock-out* e a substituição dos grevistas por "elementos novos", para preservar suas taxas de lucro e manter o controle sobre o processo produtivo. A mediação do Estado, representado pelo Ministério do Trabalho, longe de ser neutra, atua como comitê gestor dos negócios da burguesia, buscando institucionalizar o conflito e enquadrar a organização operária nos limites da legalidade burguesa, mas sem jamais ameaçar a propriedade privada ou a hierarquia capitalista. A derrota final dos marmoristas, com a demissão dos grevistas e a contratação de novos trabalhadores, confirma a tese marxiana de que, na essência da sociedade capitalista, o trabalho assalariado é uma mercadoria como outra qualquer, sujeita às leis implacáveis da acumulação, e que a resistência operária, embora necessária e heroica, encontra seus limites objetivos na correlação de forças desfavorável imposta pela estrutura de classes.

A Lei de Sindicalização, Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931 (Brasil, 1931), analisada por Carone (1974), estabeleceu as bases da organização sindical no Brasil, inspirada na *Carta del Lavoro* (1927) de Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883-1945), primeiro-ministro da Itália. Ela instituiu o sindicato único por categoria, submetido ao controle do Ministério do Trabalho, que aprovava estatutos, fiscalizava finanças e nomeava delegados para acompanhar assembleias. A lei proibia propaganda político-partidária ou ideológica nos sindicatos, impunha a gratuidade dos cargos diretivos e exigia que dirigentes fossem brasileiros natos. Determinava ainda que os sindicatos atuassem como órgãos de colaboração com o poder público, participando de conselhos mistos de conciliação para dirimir conflitos entre patrões e operários. Na avaliação de Everardo Dias, criavam-se *sindicatos não garantidos pelo Estado, mas a serviço do Estado, tutelados pelo Estado*, (Carone, 1974, p. 147 *apud* Dias, 1977, p. 185).

O caso dos marmoristas, ocorrido entre 1934 e 1935 e noticiado no *Diário de Notícias*, ilustra como essa legislação funcionou na prática. Os trabalhadores do mármore, organizados em sindicato oficial e liderados pelo comunista Minervino de Oliveira, reivindicavam aumento salarial.

O sindicato oficial, previsto na lei de 1931, serviu aos trabalhadores como instrumento de luta para obter reconhecimento patronal e negociar salários. No entanto, os limites da mediação estatal ficaram evidentes quando o procurador declarou-se impotente para fazer cumprir o acordo firmado. A gestão de Agamenon Magalhães no Ministério do Trabalho, caracterizada por Carone como autoritária e anticomunista, manifestou-se na pergunta do ministro sobre a substituição dos grevistas e na aprovação formal da demissão em massa. A Comissão Mista de Conciliação, órgão previsto na lei como espaço de colaboração entre classes, revelou-se ineficaz diante da correlação de forças desfavorável aos trabalhadores. Por fim, a presença de Minervino de Oliveira, militante comunista, na liderança do sindicato demonstra que a proibição legal de propaganda política não impediu a atuação de quadros da esquerda no interior da estrutura sindical oficial, utilizando os canais institucionais como arena de disputa.

O dissídio dos marmoristas de 1934-1935, no qual Minervino atuou como liderança sindical, antecipa, em suas linhas essenciais, o fenômeno que Pochmann identifica como uma das principais características do sindicalismo contemporâneo: a expansão do corporativismo e a transformação dos sindicatos em *"instituições de prestação de serviços"* (Pochmann, 2005, p. 167). Segundo Pochmann, a partir de 1990, com o avanço das políticas neoliberais e a desestruturação do mercado de trabalho, os sindicatos passaram a atuar de forma fragmentada e pulverizada, "*procurando evitar o amplo esvaziamento do adensamento sindical, em meio ao enfraquecimento da luta sindical propriamente dita*" (Pochmann, 2005, p. 165). Em síntese, o autor observa que o desemprego e a precarização das ocupações "*levaram ao enfraquecimento da capacidade laboral de contratar e negociar, transformando os sindicatos - cada vez mais - em instituições de prestação de serviços"* (Pochmann, 2005, p. 167). No caso dos marmoristas, a mediação do Ministério do Trabalho, sob a gestão autoritária de Agamenon Magalhães, evidenciava um processo análogo de esvaziamento da luta de classes: o Estado, ao mesmo tempo que se apresentava como árbitro, impunha aos sindicatos a lógica da "colaboração de classes" e da contenção dos conflitos, como registrado na Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770/1931) e na proibição da greve pela Constituição de 1937.

Essa comparação ilumina uma contradição central: tanto no sindicalismo tutelado do Estado Novo quanto no sindicalismo corporativo dos anos 1990, a capacidade de resistência da classe trabalhadora foi significativamente reduzida. Pochmann destaca que o corporativismo registrado nos anos 1990 mostrou ser

"uma oportunidade de fazer mais do mesmo" (Pochmann, 2005, p. 165), ou seja, uma estratégia de sobrevivência institucional que não enfrenta as causas estruturais da precarização, mas apenas administra seus efeitos. Minervino, ao conduzir a negociação dos marmoristas, já havia compreendido, em 1935, a armadilha que o Estado Varguista preparava para o movimento operário: a substituição da luta autônoma pela mediação estatal, que transformava os grevistas em "elementos novos" descartáveis. O desfecho do dissídio, a demissão em massa dos trabalhadores e a contratação de novos operários, é uma demonstração eloquente de que a "prestação de serviços" sindical, desconectada da luta de classes, não apenas não protege os trabalhadores, mas os torna vulneráveis à substituição e ao esvaziamento de sua organização coletiva. Como bem observou Pochmann, quando os sindicatos se limitam a *"procurar remédio para os 'efeitos'"* em vez de combater as *"causas"* (Pochmann, 2005, p. 163), eles perdem sua razão de ser histórica, exatamente como Minervino alertava em seus artigos de 1920.

Considerações finais

A trajetória de Minervino de Oliveira, marmorista, sindicalista, Intendente comunista, candidato à presidência da República e preso político, oferece um prisma privilegiado para compreender as metamorfoses do sindicalismo brasileiro ao longo do século XX e seus reflexos nos desafios contemporâneos apontados por Pochmann. Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar que a saga de Minervino não é apenas uma história individual de resistência, mas a expressão viva de uma contradição estrutural que atravessa a história do movimento operário no Brasil: a tensão permanente entre a autonomia sindical e os projetos de controle estatal e patronal. De sua atuação como liderança do Centro dos Operários Marmoristas (COM) e da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) nas décadas de 1910 e 1920, passando por sua eleição como Intendente no Conselho Municipal do antigo Distrito Federal (RJ) entre 1928 e 1930, sua candidatura à presidência em 1930 e sua liderança no dissídio dos marmoristas em 1934-1935, Minervino manteve-se fiel a uma convicção central: a luta dos trabalhadores é contra o sistema que os explora, não contra outros trabalhadores de diferentes nacionalidades ou origens.

A análise do dissídio dos marmoristas, em particular, revela como a mediação estatal, mesmo quando revestida de um discurso de conciliação e justiça

social, tende a desmobilizar a classe trabalhadora e a esvaziar sua capacidade de resistência. A Lei de Sindicalização (Decreto nº 19.770/1931) e a legislação trabalhista do Estado Novo, ao mesmo tempo que concederam direitos trabalhistas, subordinaram os sindicatos ao controle do Ministério do Trabalho, transformando-os de instrumentos de luta de classes em órgãos de *"colaboração com os poderes públicos"* (Carone, 1974, p. 147). A derrota dos marmoristas em 1935, com a demissão em massa dos grevistas e a contratação de "elementos novos" com a aquiescência implícita do Ministério do Trabalho, ilustra de forma contundente os limites dessa mediação e a fragilidade de um sindicalismo que se descola da luta autônoma e se converte em peça da engrenagem estatal. O episódio evidencia que o Estado, longe de atuar como árbitro neutro entre capital e trabalho, funcionou como o que a teoria marxista designa como "comitê executivo da burguesia", institucionalizando os conflitos trabalhistas nos limites da legalidade burguesa e legitimando, na prática, a substituição dos grevistas, uma medida que favorecia claramente os interesses patronais em detrimento da organização operária.

Essa experiência histórica dialoga diretamente com os desafios atuais do sindicalismo brasileiro identificados por Pochmann. O autor destaca que, a partir de 1990, com a adoção das políticas neoliberais, os sindicatos passaram a enfrentar um cenário de *"desestruturação do mercado de trabalho"*, *"redução nas taxas de sindicalização"* e *"queda no número de greves"* (Pochmann, 2005, p. 164), ao mesmo tempo que se expandia o *"corporativismo"* e a ação sindical *"mais associada à prestação de serviços ao segmento assalariado com contrato formal"* (Pochmann, 2005, p. 165). Em síntese, Pochmann observa que o desemprego e a precarização *"levaram ao enfraquecimento da capacidade laboral de contratar e negociar, transformando os sindicatos, cada vez mais, em instituições de prestação de serviços"* (Pochmann, 2005, p. 167). Esse movimento guarda um paralelo inquietante com o que Minervino já experimentava nos anos 1930: a substituição da luta de classes pela mediação institucional, que transforma os trabalhadores em "explorados e vilipendiados" por um sistema que, como ele bem sabia, não se reforma pela via da conciliação, mas se transforma pela via da organização e da luta coletiva.

A trajetória de Minervino oferece, assim, uma lição fundamental para os desafios atuais do sindicalismo brasileiro: a ocupação de espaços institucionais, sejam eles o Conselho Municipal nos anos 1920 ou os conselhos tripartites nos anos 1990, só tem sentido se estiver organicamente articulada à luta de base, à

ação direta e à crítica radical ao sistema capitalista. Minervino nunca separou sua atuação parlamentar de sua militância sindical; ele usou a tribuna do Conselho Municipal como instrumento de defesa dos interesses operários, mas jamais substituiu a greve pela negociação, nem a luta de classes pela colaboração com o patronato. Sua presença contínua nos movimentos grevistas, sua eleição como secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) em 1929 e sua atuação como liderança no dissídio dos marmoristas em 1935 evidenciam que, para Minervino, o parlamento e o sindicato eram esferas complementares de uma mesma luta, jamais excludentes. Essa articulação entre a atuação institucional e a militância de base, que Pochmann identifica como um dos principais desafios atuais do sindicalismo brasileiro, oferece uma lição histórica sobre como evitar o "corporativismo" e o "esvaziamento" que, segundo o autor, caracterizam a participação sindical nos fóruns institucionais contemporâneos.

Ao resgatar a memória de Minervino de Oliveira, este artigo não pretende apenas prestar uma homenagem a um militante esquecido, mas extrair de sua experiência elementos para pensar os dilemas contemporâneos do sindicalismo brasileiro. Pochmann, ao final de seu texto, expressa a esperança de que *"com a perspectiva de recuperação da economia e com a reforma sindical e trabalhista, segue a oportunidade de superação da atual fase de acomodação geral no meio sindical"* (Pochmann, 2005, p. 179). Contudo, a trajetória de Minervino sugere que essa superação não virá de reformas institucionais ou de políticas governamentais, mas da recomposição da autonomia sindical, da retomada da luta de classes e da recusa em aceitar a transformação dos sindicatos em meras "prestadoras de serviços". Como Minervino bem sabia, e como a teoria marxista demonstra, o que se deve combater são as "causas", o sistema capitalista de exploração, não apenas os "efeitos", a miséria, o desemprego, a precarização. Essa lição, forjada nas greves, nas prisões e nas batalhas parlamentares de um marmorista comunista do início do século XX, permanece extraordinariamente atual para os trabalhadores brasileiros do século XXI.

RECEBIDO em 15/08/2026
APROVADO em 25/09/2026

Referências bibliográficas

A CLASSE OPERÁRIA. Octavio Brandão e Minervino de Oliveira são os candidatos do Bloco Operário. Segunda fase. Nº 18. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1928.

A IMPRENSA, Outras festas. Clube Carnavalesco Beija-Flor. Ano XI. Nº 2.023. Rio de Janeiro, quarta-feira, 18 de fevereiro de 1914.

A MANHÃ. Caixa Beneficente dos Operários Marmoristas e Artes Correlativas. Ano III. Nº 329. Rio de Janeiro, terça-feira, 18 de setembro de 1927.

A MANHÃ. Foram escolhidos os candidatos do Bloco Operário e Camponês ás eleições de outubro. Ano IV. Nº 830. Rio de Janeiro, domingo, 26 de agosto de 1928.

A MANHÃ. Foram escolhidos os candidatos do Bloco Operário e Camponês ás eleições de outubro. Ano IV. Nº 830. Rio de Janeiro, domingo, 26 de agosto de 1928.

A MANHÃ. Marmorista F. C. Ano II. Nº 287. Rio de Janeiro, terça-feira, 30 de novembro de 1926.

A RAZÃO. Movimento Operário à Noite. Na Associação Gráfica. Ano IV. Nº 788. Rio de Janeiro, sábado, 08 de fevereiro de 1919.

A RAZÃO. Terminou a greve dos marmoristas. Ano IV. Nº 917. Rio de Janeiro, sexta-feira, 27 de junho de 1919.

APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas (POL). Série: Prontuários GB. Caixa nº 1.718. Prontuário nº GB 15.652.

BATALHA, Claudio Henrique de Morais. Dicionário do movimento operário. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 militantes e organizações. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BOTELHO, Sheila Regina Oliveira. Octavio Brandão e Minervino de Oliveira: intendentes comunistas eleitos pelo BOC/RJ (1928-1929). 2008. 102f. Monografia de fim de curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BRANDÃO, Octavio. Combates e batalhas. Memória. 1º volume. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

BRASIL. Decreto nº 1.641, de 07 de janeiro de 1907. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html | Acesso em: 20. ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html | Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html | Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10358-31-agosto-1942-467907-norma-pe.html | Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 2.741, de 08 de janeiro de 1913. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2741-8-janeiro-1913-575766-publicacaooriginal-99068-pl.html | Acesso em: 19. dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.550, de 16 de outubro de 1918. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3550-16-outubro-1918-572535-publicacaooriginal-95679-pl.html | Acesso em: 10. jul. 2026.

BRASIL. Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html | Acesso em: 10. jul. 2026.

CARONE, Edgard. A Internacional Comunista e as 21 condições. Disponível em: https://gramsci.org/?page=visualizar&id=109. Acesso em: 08. jun. 2025.

CARONE, Edgard. A Primeira República. São Paulo: Texto e Contexto, 1969.

CARONE, Edgard. A República Nova. São Paulo: DIFEL, 1974.

DI CAVALCANTI. Reminiscências líricas de um perfeito carioca. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.

DISTRITO FEDERAL. Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal (RJ). Dezembro de 1929. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1930.

DISTRITO FEDERAL. Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal (RJ). Novembro/Dezembro de 1928. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1929.

DULLES, John Watson Foster. Anarquistas e comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2019.

KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao parlamento. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006.

KULATI, Joseph. Como vivem e como agem os comunistas no Rio de Janeiro. Diário da Noite. Ano VII. Nº 2.245. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1935.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023. São Paulo: Boitempo, 2012.

O IMPARCIAL, Notas Sociais, Festas. Ano II. Nº 195. Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de junho de 1913.

O PAÍZ. Várias Notícias. Ano XXV. Nº 12.532. Rio de Janeiro, sábado, 01 de fevereiro de 1919.

OLIVERIA, Minervino de. O Brasil é dos Brasileiros. Voz do Povo. Ano I. Nº 243. Rio de Janeiro, sábado, 09 de outubro de 1920.

OLIVERIA, Minervino de. O Brasil é dos Brasileiros. Voz do Povo. Ano I. Nº 249. Rio de Janeiro, sexta-feira, 15 de outubro de 1920.

OLIVERIA, Minervino de. O Brasil é dos Brasileiros. Voz do Povo. Ano I. Nº 263. Rio de Janeiro, sexta-feira, 29 de outubro de 1920.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. En libro: Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina. Enrique de la Garza Toledo (compilador). Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005.

RODRIGUES, Theófilo Machado. 95 anos da eleição dos comunistas Octávio Brandão e Minervino Oliveira no Rio. Fundação Maurício Grabois, 27 out. 2023. Disponível em: https://grabois.org.br/2023/10/27/95-anos-da-eleicao-dos-comunistas-octavio-brandao-e-minervino-oliveira-no-rio/. Acesso em: 07. ago. 2025.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947). 1997. 174f. Dissertação para obtenção do título de Mestre (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, SP, 1997, p. 82.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. The population of Latin America, 1850–1930. In: BETHELL, Leslie (ed.). The Cambridge History of Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v. 4, c. 1870 to 1930.